

Plano de Actidades 2023

O ano de 2023 apresenta-se dominado, mais do que qualquer outro, por incógnitas, cujo desfecho ninguém consegue deslindar, mas que marcarão, de forma incontornável e significativa, a vida das pessoas e das organizações. E se em relação a todas elas esta asserção está carregada de sentido, mais ela ganha força no universo do sector social, particularmente sensível e permeável às oscilações desta natureza.

Todas as vicissitudes respeitantes às pessoas e às empresas se reflectem, directa ou indirectamente, na vida do designado terceiro sector, ao qual pertencemos por natureza e nelas se radicam e inspiram as tendências dominantes nos seus ciclos de vida e de realizações.

Ainda mal refeitos da crise epidémica, empenhados e concentrados na correcção dos desvios, das entropias e dos atrasos por ela causados, e na concepção e estruturação de modelos alternativos de desenvolvimento, mais conformes os novos tempos e ditados pelas experiências vividas, deflagra, às nossas portas, uma guerra que já não julgávamos possível ou viável, com consequências avassaladoras e imprevisíveis.

Durante praticamente todo o ano de 2022 estivemos já sob os seus efeitos, tendo o surto inflacionista, transversal a todos os produtos e serviços, mas particularmente virulento na energia e nos combustíveis, provocado um rombo na nossa estrutura orçamental e intensificado as tensões internas já rastreadas em documentos precedentes.

A erosão dos patamares salariais provocada pelo aumento do salário mínimo, nos últimos anos, sem a correspondente correcção nos níveis imediatamente superiores, tinha gerado incompreensões legítimas. Agora, a depauperação generalizada dos salários está a provocar a agudização destas contradições e destes descontentamentos.

Sem o aumento significativo das comparticipações do estado e sem a possibilidade de fazer repercutir estes acréscimos de despesa nas comparticipações das famílias, componentes determinantes na nossa estrutura de receitas, qualquer aumento de salários desfasado e desproporcionado provocaria, se não no imediato, pelo menos a médio e longo prazo, desequilíbrios graves e insustentáveis.

Ao invés, devemos investir na correcção sensata dos factores deste descontentamento, cujas implicações não façam perigar o imprescindível equilíbrio orçamental, e persistir na criação de outras condições que possam influenciar, positivamente, a relação dos funcionários com a sua entidade patronal, sem perturbar ou prejudicar, de forma significativa, o cumprimento de todas as suas obrigações de natureza operacional. A formação e a qualificação, a gestão mais atenta dos tempos de trabalho, a criação de condições de trabalho e

de descanso mais favoráveis, encontram-se entre as áreas a que devemos prestar uma atenção redobrada.

Uma grande obra para uma grande instituição

A APPACDM de Setúbal atingiu parâmetros de solidez, de estabilidade e de desenvolvimento que têm suportado um percurso contínuo de crescimento e inovação sem comprometer nenhum dos seus pilares fundamentais, sem descaracterizar a sua natureza matricial, sem desvirtuar os seus objectivos centrais.

Assumindo, sem reservas ou hesitações, a vontade de participar activamente no desenvolvimento comunitário, entendido em sentido lato e de modo integrado, nos planos local e regional, criou os recursos e os mecanismos indispensáveis para a assunção deste papel e, hoje, o seu reconhecimento é alargado e tende a fortalecer-se nas áreas do empreendedorismo e da empregabilidade, da inovação educativa e social, da cultura e do desporto.

Conforme se perspectivou, esta vocação não afastou a instituição das suas referências e obrigações naturais, não a enfraqueceu na defesa e na construção de uma sociedade equitativa, na qual todos podem e devem contar, não tolheu o seu ímpeto desenvolvimentista.

E se mantemos por concretizar ou sequer programar o principal projecto apresentado nos últimos anos (construção do Centro Miguel Simas), que poderá fazer a diferença na instituição, mas contará, ainda mais, para a realidade social do concelho e da região, não é por razões que a nós possam ser imputadas, antes por contingências intrínsecas a processos administrativos pesados, pouco fiáveis e muitas vezes enfermos e geradores de profundas injustiças.

Em nome da aceleração da sua construção ou da simples exequibilidade de projecto tão arrojado, questões que, agora, se debatem, poderíamos decretar um apagão prolongado de iniciativas que não decorram estritamente dos acordos firmados com as entidades que nos tutelam. Poderíamos, com essa medida estratégica, acumular algumas dezenas de milhar de euros, que nunca seriam determinantes e empobreceriam a instituição, empalidecendo a sua visibilidade, ofuscando a sua atractibilidade, afunilando as suas possibilidades de diálogo com a comunidade. A prazo, os prejuízos sobrelevariam, substancialmente, os ganhos efemeramente granjeados e inconsequentes.

Tal não significa, porém, a dispensa de um esforço permanente e criterioso de ponderação e a desistência ou a desvalorização da procura de estratégias e meios de autossustentabilidade, assentes nos resultados já obtidos e construídos no melhor aproveitamento e potenciação das oportunidades existentes.

O ecletismo controlado da instituição, o seu dinamismo e abrangência social, a sua ousadia e carácter inovador, não devem ser sacrificados. A prioridade concedida à construção



desse novo equipamento, essencial para o futuro da instituição, não deve consolidar-se à custa da inversão das tendências estruturantes afirmadas nos últimos anos. Essa decisão poderia implicar retrocessos perigosos, sem a garantia de avanços equiparáveis ou compensatórios nesse domínio específico.

Um investimento de mais de cinco milhões de euros, essencial para a qualificação e alargamento da intervenção com um segmento particularmente vulnerável da sociedade, não pode assentar exclusivamente na nossa capacidade empreendedora; ele tem, obrigatoriamente, de concitar outros apoios e compromissos. É deles que temos de ir à procura, de forma mais competente e determinada, porque, sem eles, dificilmente iremos além de um projecto quase ultimado, de um sonho bonito.

Compromissos para um ano complexo e exigente

Temos um novo ciclo de trabalho árduo pela frente. Mesmo para uma equipa experiente, como os actuais corpos sociais da instituição a constituem, vai ser muito difícil responder eficazmente aos múltiplos e complexos desafios que se perfilam. A gestão do quotidiano vai ser ainda mais desgastante e os importantes projectos, em fase de lançamento, de relançamento ou de ponderação, implicarão esforços nunca até agora requisitados.

Não podemos propor à realidade circundante um tempo de tréguas nem podemos condicionar o natural fervilhar da vida interna, com todo o seu cortejo de incompreensões e contradições; podemos, no entanto, responder com assertividade, mas determinação, com escolhas claras, mas equilibradas, com modelos renovados e ousados, mas pacificados com a nossa história, com coragem, mas também com responsabilidade.

Estes devem ser os nossos parâmetros, os nossos critérios, a nossa bússola. Transformar a nossa acção numa plataforma alargada de esforços e empenhamentos é também a nossa obrigação e o nosso compromisso. O futuro é já hoje; amanhã já é passado.

Setúbal, 28 de Novembro de 2022

O Presidente da Direção


ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS
DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL
Cont. nº 504 646 869
(Prof. José Maria da Silva Salazar) Av. S. Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
2900-616 SETÚBAL
Telf.: 265 541 160 Fax 265 541 175